



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO**

1 **ATA da Reunião da 6ª (sexta) Audiência Pública do 2º (segundo) Período Legislativo**  
2 **de dois e mil e dezesseis da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.**  
3 Ata da Audiência Pública para discutir a LOA/2017 (Lei Orçamentária Anual) de dois  
4 mil e dezessete. Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis,  
5 na Sala das Sessões, às dezesseis horas, assumiu a Presidência o Vereador Eduardo  
6 Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo). Contou com a presença dos Vereadores:  
7 Francisco Alves Machado Neto (Chico Machado), Igor Paes Nunes Sardinha (Igor  
8 Sardinha), Carlos Augusto Garcia Assis (Guto Garcia) e Jocimar Gomes de Oliveira  
9 (Boca). O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa: José Manuel Alvitos (Secretário  
10 Municipal de Planejamento), José Eduardo Guinancio (MACAEPREV), Elbert de Mello  
11 Silva (Subsecretário Municipal de Planejamento), Anderson Rangel Campos  
12 (Subsecretário Municipal de Desenvolvimento Social) e Tatiane Abreu Tito  
13 (Subsecretária Municipal de Execução Orçamentária). O Sr. Presidente disse que esse  
14 período de pós-eleição, nas Audiências que foram feitas, não deu ninguém. Um assunto  
15 importante que é o Orçamento, depois que for votado e instalado, então aparecem as  
16 demandas, as reclamações, manifestações, que são válidas, mas que deveriam começar  
17 na Audiência Pública do Orçamento. Em Questão de Ordem, o Vereador Chico Machado  
18 disse que o Sr. Presidente sabe o carinho e respeito que sua pessoa tem por esta Casa,  
19 pelo Sr. Secretário José Manuel e toda sua equipe, além de ser um amigo de longa data  
20 de sua família. Contudo, veio para participar da Audiência apenas para fazer um pedido,  
21 pois acha que ela não deveria acontecer do ponto de vista Regimental, já que ainda têm  
22 que votar os Vetos à LDO. Portanto, solicitou ao Sr. Presidente que a suspendesse, porque  
23 ela não tem os pré-requisitos legais para que aconteça, e que fizesse uma nova Audiência  
24 tão logo tenha as condições legais. O Sr. Presidente falou que compreende e respeita a  
25 colocação do Vereador Chico Machado, mas foi marcada uma Audiência Pública, foi  
26 divulgada, pois é uma prestação de serviço ao público e não a vê como sendo inviável  
27 legalmente. Confirmou que toda Audiência é viável legalmente. Nunca ouviu falar que  
28 uma Audiência Pública, em que o público é convidado a discutir alguma coisa na Casa  
29 fosse legalmente inviável, não conhece nenhum termo de proibição da execução de uma  
30 Audiência Pública e, se caso o Vereador tiver algo nesses termos, sua pessoa vai acatar.  
31 O Vereador Chico Machado perguntou se a mesma Estrutura Administrativa que vai ser  
32 discutida na Casa será a mesma depois da Reforma Administrativa, *ou não?* O Sr.  
33 Presidente pediu para citar uma proibição para que a Audiência Pública não seja realizada.  
34 *O que a proíbe? É uma pena o Setor Jurídico da Casa não estar presente.* O Vereador  
35 Chico Machado comentou que a proibição é em torno da forma de como a LOA foi  
36 enviada a esta Casa, não vai existir mais efetivamente. O Sr. Presidente disse que depois  
37 faz outra se ela não existir, porém como está marcada e em respeito ao público, aos  
38 Secretários e aos Vereadores que vieram, portanto, será feita a Audiência Pública e até  
39 em respeito ao Senhor que também veio. O Vereador Chico Machado falou que veio,  
40 cumprindo com seu papel de Vereador até trinta e um de dezembro, para dizer que esta  
41 Audiência Pública não vai fazer seu efeito total. Falou que reconhece que Audiência

Página 1 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmimacaé.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmimacaé.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Nária de Fátima Ferreira Maissner

Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo**  
**Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA**  
**REVISÃO-REDAÇÃO**

42 Pública é legal, mas esta especificamente não, porque ainda vai ter uma Reforma  
43 Administrativa e ainda não cumpriram a votação total dos Vetos da LDO, apenas neste  
44 sentido. Disse que faz em Questão de Ordem e o Sr. Presidente pode acatar ou não. Se  
45 não acatar, sua pessoa vai agradecer e pedir para se retirar, porque entende que ela não  
46 cumpre os pré-requisitos legais. Se o Senhor disser que a Audiência está encerrada, não  
47 tiver discussão, o Senhor pode decidir de forma que quiser, no seu entender não tem  
48 amparo para fazê-la. O Sr. Presidente disse que ela tem amparo legal sim, pois foi  
49 publicada, está sendo transmitida e os Secretários estão presentes. Não existe nada que  
50 faça com que ela não seja realizada. Se achar necessário uma nova Audiência Pública  
51 mais adiante fará outra sem problemas. Dando continuidade, o Sr. Presidente pediu ao  
52 Secretário para fazer a explanação, iniciando a Audiência Pública. O Sr. José Manuel  
53 saudou todos e agradeceu o convite desta Casa para apresentação da LOA/2017. Falou  
54 que provavelmente terão uma outra Audiência Pública, por tudo isso que acabou de ser  
55 discutido agora, ainda tem a aprovação dos Vetos, da Reforma, que provavelmente vão  
56 modificar a Estrutura Administrativa da Prefeitura, mas não há problema, pois faz parte  
57 de sua obrigação dar satisfação à Câmara e à população, pois quanto mais transparência  
58 melhor. Informou que esta Audiência Pública está estabelecida na Lei Orgânica  
59 Municipal, no ARTIGO 11, inciso VIII e ARTIGO 40, inciso I. Explicou que foi  
60 convocada uma Audiência para ser realizada no dia 18 de outubro de dois mil e dezesseis  
61 no Paço Municipal, conforme determina a Legislação em vigor. Informou que foi enviado  
62 convite por e-mail para todos os Vereadores, toda a sociedade civil organizada e  
63 organizações representativas no Município de Macaé. Portanto, foram enviados mais  
64 quatrocentos convites por e-mail e a presença do público foi insignificante, no seu ponto  
65 de vista. Com o objetivo de uma reflexão, apresentou um vídeo da *Margaret Thatcher*  
66 sobre alguns conceitos de dinheiro público. Após, comentou que o vídeo é extremamente  
67 educativo, quando diz que o dinheiro arrecadado é das pessoas, por meio de impostos, e  
68 ele tem que ser muito bem aplicado e fiscalizado. Portanto, essa é a obrigação do Poder  
69 Público, de aplicar bem o dinheiro do cidadão para atender às necessidades da população,  
70 para isso a importância do Orçamento Público, para discutir como esse dinheiro está  
71 sendo revertido para o atendimento de suas demandas. Dando prosseguimento à  
72 apresentação da LOA, explicou que quando é feito um plano, tem que haver o  
73 encadeamento dele, por isso o PPA (Plano Plurianual) tem que ser representado na LDO  
74 e está, na LOA. Informou os seguintes valores constantes do quadro de Compatibilidade  
75 na Programação dos Orçamentos com o Anexo de Metas Fiscais da LDO/2017: Resultado  
76 Primário – Em R\$: Receita Total para 2017 em R\$ = 1.906.602.000,00 (Um bilhão e  
77 novecentos e seis milhões e seiscentos e dois mil); Receita Fiscal = 1.713.993.000,00 (Um  
78 bilhão e setecentos e treze milhões e novecentos e noventa e três milhões); Despesa Total  
79 = 1.903.602.000,00 (Um bilhão novecentos e três milhões, seiscentos e dois milhões  
80 (Previsão de Receita para 2017). Despesa Fiscal = 1.877.103.000,00 (Um bilhão  
81 oitocentos e setenta e sete milhões, cento e três milhões); Resultado Primário = (-)  
82 165.433.000,00 (Cento e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil -

Página 2 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº, Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010  
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmrj.gov.br](mailto:secretaria@cmrj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo**  
**Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA**  
**REVISÃO-REDAÇÃO**

83 negativos). No Resultado Nominal = (-) 55.202.000,00 (Cinquenta e cinco milhões,  
84 duzentos e dois mil – negativos) e uma Dívida Pública Consolidada = 105.598.000,00  
85 (Cento e cinco milhões, quinhentos e noventa e oito mil reais. Colocou que tem como  
86 corrigir os valores negativos num futuro próximo, mediante a Dívida Ativa a Receber =  
87 R\$ 611.965.973,48 (seiscentos e onze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil,  
88 novecentos e setenta e três reais e quarenta e oito centavos). Informou que as dívidas  
89 serão encaminhadas para o Cartório para a execução. Fez um comparativo entre os valores  
90 dos orçamentos dos últimos exercícios deste mandato, sendo que no ano de dois mil e  
91 quatorze, em relação a dois mil e treze, houve um crescimento de vinte por cento. De dois  
92 mil e quinze com dois mil e quatorze foi de 9,9 % nove inteiros e nove décimos por cento.  
93 De dois e dezesseis com dois mil e quinze foi um percentual negativo (-16%) dezesseis  
94 por cento. Para o ano de dois e dezessete em relação a dois mil e dezesseis é um percentual  
95 negativo de aproximadamente nove por cento. Em Aparte, o Vereador Igor Paes Nunes  
96 Sardinha pediu para confirmar se têm os números para que possa fazer a análise da receita  
97 efetiva. José Manuel confirmou e os apresentou em seguida, fazendo um comparativo  
98 entre os valores da Receita efetivamente arrecadada nos últimos quatro exercícios.  
99 Reforçou que a economia do Município não tem apresentado bons números e não precisa  
100 ir muito longe, basta ir aos Municípios vizinhos e no governo do estado, pois estão com  
101 uma situação econômica extremamente difícil, Falou sobre a distribuição dos principais  
102 recursos no valor de R\$ 1.903.602.000,00 (Um bilhão, novecentos e três milhões e  
103 seiscentos e dois mil) conforme: Ordinários, Royalties, Fundeb, SUS e Diretamente  
104 Arrecadado. Apresentou a Análise da Proposta Orçamentária que abrange todas as fontes  
105 de Receita do Município de Macaé. Comentou que o consórcio que foi feito entre os  
106 municípios facilitou bastante. Quanto ao consórcio de Saúde é bastante interessante, pois  
107 os Prefeitos só mandam os doentes e o dinheiro fica no município de origem, isto é, a sua  
108 participação nos recursos não vem. Portanto, assinar participação de consórcio com  
109 Macaé é muito bom, porque não pode deixar de atender, e por outro lado, não arrecada.  
110 Informou as maiores Receitas do Município que são (IPTU/ISS/ITBI/TAXAS/Cota-Parte  
111 FPM/Cota-Parte IPVA/Cota-Parte-IP). Enfatizou que o ITBI e IPTU tiveram uma queda  
112 grande, porque em se tratando de perda de posto de trabalho, a primeira coisa que deixa  
113 de pagar é imposto. Foi feita uma análise da previsão de gasto das principais despesas,  
114 um consolidado do Executivo e do Legislativo, com um limite de sessenta por cento,  
115 sendo que não pode ultrapassar isso. Previsão de despesa para o próximo ano é de  
116 novecentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e noventa e um mil, sendo a Despesa  
117 Líquida Total de R\$ 1.714.950.000,00 (um bilhão setecentos e quatorze milhões,  
118 novecentos e cinquenta mil reais). Por isso a necessidade da Reforma Administrativa,  
119 com objetivo de aumentar o percentual de participação na área de Saúde, Educação,  
120 Saneamento e Segurança. Apresentou uma breve análise em cima desse orçamento que  
121 seriam as despesas na Saúde, informando que será aplicado trinta e três por cento, onde a  
122 demanda tem sido bastante crescente. Fez a mesma análise com despesas com Educação,  
123 representando um percentual de aproximadamente vinte e oito por cento. Abordou sobre

Página 3 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010  
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

124 o demonstrativo por função (precatórios, indenizações e outros). Informou a previsão de  
125 despesa do Legislativo no valor de R\$ 73.056.000,00 (setenta e três milhões e cinquenta  
126 e seis mil reais). estimado o cálculo com base no ano passado, contudo, o Presidente tem  
127 devolvido recursos. Fez um resumo das despesas orçamentárias do Poder Executivo no  
128 valor total de um bilhão cento e noventa milhões. De todas as despesas, a maior é do  
129 Hospital Público Municipal, porque Saúde é muito cara. Informou também o valor total  
130 das reservas que foi de R\$ 248.949.000,00 (duzentos e quarenta e oito milhões,  
131 novecentos e quarenta e nove mil), fechando o valor total de um bilhão novecentos e três  
132 milhões e seiscentos e dois. Deixou uma última mensagem do Peter Drucker que diz: "O  
133 planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras das decisões  
134 presentes". Sr. Presidente franqueou a palavra aos Vereadores. O Vereador Igor Sardinha  
135 reafirmou as palavras do Vereador Chico Machado, dizendo que teve oportunidade na  
136 votação do Requerimento que deu ensejo à autorização da Audiência, contudo, fez  
137 ponderação de quanto fica difícil mobilizar a sociedade a participar no momento em que  
138 ela mesma já é detentora de informações do que vai ser discutido no orçamento, não  
139 guardam relação do que vai ser na prática. Frisou a necessidade de se fazer uma outra  
140 Audiência, tão logo tenha de maneira consolidada uma nova peça orçamentária, com a  
141 população mobilizada, com objetivo de aprofundar cada questão. O Sr. Presidente  
142 discordou do Vereador Igor Sardinha, embora ache que toda discussão política é válida,  
143 e mesmo sabendo que teriam esses impedimentos, sua pessoa veio e acha que foi bastante  
144 produtiva, pois reafirma sua posição quanto à Reforma, porque hoje ele tem a convicção  
145 de que ela se faz necessária, não pode mais ter o mesmo gasto anterior. Qualquer coisa  
146 que venha, tem que trazer alguma economia para investir. Comentou com José Manuel o  
147 valor gasto com a Saúde, preocupa sua pessoa, pois continua se investindo muito, mas  
148 continua sem resolver nada. Lembrou-se de quando foi Secretário de Saúde e disse que  
149 se gastava muito e resolvia-se pouco, depois o dinheiro aumentou e continuou resolvendo  
150 muito pouco. Acha que a Reforma pode dar uma gestão eficiente, e sua preocupação com  
151 a Reforma é com relação a uma gestão muito boa na Saúde para tentar reverter isso para  
152 a população, o que não está acontecendo. Com um orçamento de quase quinhentos  
153 milhões para a Saúde, considerou isso para uma grande cidade. Disse que isso já valeu  
154 para sua pessoa. O Vereador Igor Sardinha disse que tem a absoluta certeza de que sua  
155 pessoa se faz presente em todos os debates em audiências, não só de sua autoria, mas  
156 acredita que ainda vai ter uma audiência para discutir a Reforma e as questões colocadas  
157 pela Presidência. Depois disso, com uma outra peça orçamentária, fazer questionamentos  
158 de investimentos programados, não previstos, o que não consegue fazer hoje. Reforçou a  
159 importância da presença dos Secretários responsáveis por outras pastas, além do de  
160 Planejamento, para discutirem o orçamento. O Vereador Guto Garcia perguntou se após  
161 a nova estrutura for votada, vão fazer migração do Orçamento para a nova estrutura. José  
162 Manuel respondeu que todas as estruturas que deixarem de existir e que estarão sob a  
163 égide da Secretaria de Educação receberão esses recursos de forma transferida. Citou o  
164 exemplo da FUNEMAC, que se ela deixar de existir, seus recursos serão geridos pela

Página 4 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010  
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

165 Secretaria de Educação. O Vereador Guto Garcia disse que algo muito simples de  
166 analisar, porque se verificar o orçamento anual, dá perfeitamente para saber aonde vai o  
167 recurso. Acha interessante uma nova Audiência Pública, mas não vê problema nenhum  
168 em verificar o orçamento. Em Aparte, o Vereador Igor Sardinha disse que é importante  
169 discutir para saber se o valor está dentro do binômio da necessidade do Município. O  
170 Vereador Guto Garcia questionou quando foi isso. O Vereador Igor Sardinha disse que a  
171 discussão é: “quando começaremos a fazer?” O Vereador Guto Garcia retomou a palavra  
172 e disse que o Vereador Igor Sardinha complementou a pergunta com relação ao Secretário  
173 Adjunto que vai ter uma verba referente à FUNEMAC, e vai ser a Secretaria Adjunta de  
174 Nível Superior. José Manuel respondeu que vai ser uma Unidade Gestora, com  
175 responsabilidade de gerar aquele recurso. O Vereador Guto Garcia falou que bom ter  
176 deixado isso claro, pois muita gente fala, por exemplo, que o governo federal deu cento e  
177 dezoito milhões do Fundeb, achando que ele dá milhões para Macaé, mas não é isso, na  
178 realidade é repassado o valor de noventa milhões para o Fundeb, enquanto que o governo  
179 federal passa apenas aproximadamente vinte milhões para o Município. Complementou  
180 dizendo que por mais um ano a Educação vai ser para pagar transporte e merenda. O Sr.  
181 Presidente comentou que a Reforma é Administrativa, mas a economia é impessoal. O  
182 que muda expressivamente no orçamento é o gasto com o pessoal. O resto do orçamento  
183 que está previsto vai continuar próximo. José Manuel respondeu que os programas de  
184 trabalho das Unidades Orçamentárias continuam os mesmos, só vão fazer uma redução  
185 significativa para retornar aos patamares de gasto com pessoal a níveis aceitáveis, na  
186 despesa com pessoal e encargos, que hoje precisa ser contida, caso contrário vai acontecer  
187 o que tem acontecido com outros municípios. Considerou que pior que ter uma redução  
188 de salário é perder o emprego. Portanto, a Reforma Administrativa está preocupada com  
189 manutenção do emprego público. O Sr. Presidente passou a palavra para o público.  
190 Videlmo Natalino perguntou quanto consta do Orçamento para dois mil e dezessete para  
191 redução do cálculo atuarial para o MACAEPREV, e qual a participação do Município?  
192 José Manuel respondeu que está sendo feito um aporte anual para correção desse valor,  
193 do deficit atuarial. Foi feito um estudo, homologado, e será feito um repasse anualmente.  
194 José Eduardo complementou a resposta dizendo que foram feitos em, aproximadamente,  
195 vinte e oito anos, foi a lei aprovada no ano passado, deficit atuarial no valor de seiscentos  
196 e vinte e quatro milhões. A primeira parcela no valor de um milhão e meio para este  
197 exercício, sendo que acabou de ser paga devidamente, corrigida para um milhão e  
198 novecentos. Ainda tem a parcela para o ano de dois mil e dezessete, em torno de dois  
199 milhões e que será atualizada na ocasião do pagamento. Reforçou que esses valores estão  
200 contemplados no orçamento. Videlmo repetiu a pergunta: *Quanto consta do Orçamento*  
201 *de despesa para redução do cálculo atuarial?* José Manuel argumentou que ela está sendo  
202 feita nesse parcelamento que foi feito recentemente. Videlmo explicou que apesar do  
203 Corpo Técnico do Prefeito dizer que é técnico, a lei do custeio da parte patronal determina  
204 que a contribuição é quatorze por cento, sendo que treze inteiros e oitenta e oito  
205 centésimos é a participação da Prefeitura e doze centésimos é a redução do cálculo

Página 5 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquigrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo**  
**Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA**  
**REVISÃO-REDAÇÃO**

206 atuarial. Isso significa que o Município está gastando mais com o pessoal, porque está  
207 repassando quatorze por cento como contribuição patronal totalmente errada. Portanto,  
208 há necessidade de ser corrigido isso, em benefício do próprio governo. Isso porque o  
209 Prefeito falou para o Tribunal de Contas que as incorporações irão prejudicar o  
210 MACAEPREV, mas não é verdade, pois os aposentados e pensionistas contribuem com  
211 onze por cento para o MACAPREV. Comentou que hoje nos governos federal, estadual  
212 e municipal o "patinho feio da crise" é o servidor público. Abordou que os servidores não  
213 pediram nada, foram os gestores com interesse político que pediram. O Prefeito recebeu  
214 os pareceres das comissões, foi aprovado em Plenário sem nenhuma Emenda e no mesmo  
215 dia foi sancionado e publicado, mas depois a culpa fica com o servidor. O Governo com  
216 demagogia barata reduziu o subsídio do Vereador e do Governador, mas eles não pagam  
217 nada, poderiam trabalhar até de graça. É preciso acabar com a demagogia de dizer que o  
218 servidor público é responsável pela crise. Disse que sua pessoa tem gratificação desde  
219 setenta e oito, mas não pediu nada. Lembrou que na época em o que o Presidente era  
220 Secretário de Saúde, os médicos de plantão exigiram um aumento salarial e foi dada uma  
221 gratificação de setenta e cinco por cento para os médicos e trinta por cento para todos os  
222 servidores que trabalham vinte e quatro horas. O Sr. Presidente pediu ao Sr. Videlmo que  
223 se restringissem à discussão à Lei Orçamentária. Sr. Videlmo continuou dizendo que vai  
224 ser feita a Reforma, mas no ano que vem o valor que consta do gasto com pessoal vai ser  
225 insuficiente. O Sr. Presidente disse que já foram intimados pelo Tribunal de Justiça e que  
226 vão começar a pagar a incorporação até dia vinte, se der tempo. Sr. Videlmo falou que  
227 continuar culpando o servidor não é coisa de gente honesta, os culpados são os gestores.  
228 José Eduardo esclareceu ao Sr. Videlmo que com relação à contribuição patronal,  
229 convencionou-se que é quatorze por cento, porém, por obrigação, o valor é treze inteiros  
230 e oitenta e oito centésimos, mas doze centésimos correspondem a de obrigações de  
231 amortização atuarial e isso entra nos registros contábeis do MACAEPREV  
232 separadamente, e na Prefeitura são registradas em contas separadas. José Manuel  
233 comentou que com relação ao deficit atuarial, estão sendo feitos outros estudos para que  
234 esse aporte seja feito de outra forma, dentro do que a Lei permite, por exemplo, a  
235 incorporação de patrimônio físico. Flávio, servidor municipal, perguntou se as inovações  
236 e sistemas tecnológicos estão sendo implementados na Gestão Pública. José Manuel disse  
237 que tem recurso orçamentário para fazer a parte tecnológica, na parte software, hardware,  
238 de rede e internet, contudo, depende do que pretende e pode fazer. Falou que gostaria de  
239 ter aqui um WIMAX, de forma que todos tivessem internet grátis no Município inteiro,  
240 mas isso não é barato. Portanto, existe recurso para fazer gestão de tecnologia, mas precisa  
241 saber quais as prioridades. Paulo César, servidor público, questionou como cidadão,  
242 dizendo que os números são claros, o momento é difícil, mas quando vê os valores  
243 astronômicos como, por exemplo, quinhentos milhões para a Saúde, trezentos e cinquenta  
244 milhões para a Educação e o Sr. Presidente, conhecedor da área, por ser médico há  
245 quarenta anos, pouco conseguiu realizar. Apesar dos valores, o Vereador Guto Garcia  
246 disse que só conseguirão empenhar merenda e transporte, *o que está faltando?* Com toda

Página 6 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº, Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010  
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

247 crise, há um orçamento bilionário, mas parece que pouco se avançará pelo que está  
248 estabelecido. Ao ver os valores que são disponibilizados, perguntou: *O que está faltando?*  
249 *Qual o caminho que precisa chegar para minimizar a situação como já foi citado sobre*  
250 *a Área da Saúde?* José Manuel informou que Dr. Eduardo já respondeu a sua pergunta  
251 que é gestão, que significa também quebra de paradigmas antes estabelecidos, cabe aos  
252 gestores mudar conceitos, *fechar as torneiras* e desarmar estruturas, precisa fazer mais  
253 com menos, pois a época da fartura acabou, tem que fazer com o recurso que tem, mesmo  
254 sendo escasso. Para isso, quando não se tira do bolso, tem que tirar da cabeça, inovando,  
255 improvisando e chamar todos para participar, dando visibilidade para o recurso público  
256 que precisa ser bem gerido. Vidélmo disse que José Manuel mostrou claramente que  
257 existe uma Dívida Ativa em torno de seiscentos e onze milhões de reais a receber. Disse  
258 para esquecer o Judiciário e questionou se já existe algum estudo de como receber essa  
259 dívida. José Manuel respondeu dizendo que a execução dessa dívida vai mudar de local  
260 de cobrança, isto é, parte dessa dívida está sendo tirada do Judiciário e vai passar para o  
261 sistema cartorial, que fará a execução, porém, antes o contribuinte será comunicado, para  
262 que ele possa sanar o seu débito. Vidélmo disse que em dois mil e quatro, quando  
263 terminou o governo de Silvío Lopes, foi feito um levantamento pela Prefeitura junto aos  
264 bancos em Macaé e foi calculada uma dívida de cinquenta milhões dos bancos sediados  
265 em Macaé, de ISS. Em dois mil e cinco, todo esse trabalho foi jogado no lixo, e hoje eles  
266 devem quase cem milhões de reais só de ISS aos cofres públicos de Macaé. Comentou  
267 que o trabalho precisa seja retomado, pois são receitas que o Município está deixando de  
268 receber. José Manuel esclareceu que também tem conhecimento desse trabalho, e pode  
269 procurar informações se ele será retomado. O Vereador Igor falou que deseja saber qual  
270 foi o cálculo feito para o gasto com pessoal se foi o reajuste do servidor que o  
271 Planejamento utilizou para efeito de cálculo? José Manuel informou que com os valores  
272 que têm de receita, o reajuste é infelizmente nenhum ou quase zero e não tem perspectiva  
273 de fazer nenhuma grande soma de recursos para fazer o reajuste dos servidores, pois vai  
274 depender muito da arrecadação. Outra informação que precisa ter é o que vai vir da  
275 Reforma, se essa redução com ela vai ser significativa para dar reajuste aos que vão  
276 permanecer trabalhando, mas essa resposta só vem com o tempo. O Vereador Igor  
277 Sardinha disse que considerando o que está sendo discutido nesse momento, o cálculo  
278 que foi feito de despesa e receita pelo Planejamento traz uma visão de impossibilidade de  
279 qualquer tipo de reajuste ao servidor. José Manuel disse que não pode informar que não  
280 vai ter reajuste. Igor Sardinha questionou que percentual de reajuste foi colocado para  
281 efeito do cálculo do valor apresentado. José Manoel respondeu que é com base nos  
282 estudos dos indicadores econômicos apresentados pelo Tesouro Nacional. Em tese, com  
283 relação aos valores dos anos de dois mil e treze, quatorze e quinze, houve um decréscimo  
284 na receita, como vai fazer previsão de reajuste de salário, se existe uma receita  
285 decrescente. Por isso a ausência de reajuste é em função desses argumentos. Jose Manuel  
286 falou que em princípio sim, mas precisa ver como o Município vai reagir com relação à  
287 Reforma Administrativa, porque a tendência é diminuir a despesa, portanto, se ela reduzir

Página 7 de 8

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº, Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010  
Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

288 satisfatoriamente, pode ser que consiga dar reajuste. O Sr. Presidente agradeceu a todos,  
289 e disse que valeu a pena, contudo, lamentou a ausência de público. Cumprimentou o  
290 Secretário de Esporte, que mesmo com atraso se fez presente. O Sr. *Presidente, em nome*  
291 *de Deus, encerrou a Audiência Pública, determinando a lavratura da presente Ata, como*  
292 *segue regimentalmente assinada, estando a gravação integral da Sessão à disposição em*  
293 meio digital.